



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA UM PATRIMÔNIO MUNDIAL: AÇÕES EDUCATIVAS EM SÃO CRISTÓVÃO

Lucas Santos Passos[1]

Maíra Ielena Cerqueira Nascimento[2]

Eixo Temático: Educação, Sociedade e Práticas Educativas.

RESUMO:

No presente artigo objetivou-se analisar as ações educativas realizadas pela Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural (SUBPAC) que visavam o reconhecimento da Praça São Francisco, em São Cristóvão, como o 18º sítio do Patrimônio Mundial no Brasil. Para tanto, realizamos a análise de relatórios de anuais de trabalho, bem como empreendemos uma breve revisão de literatura a respeito de patrimônio cultural (HORTA, 1999; CARRETO, 2008; DIAS, 2006). Concluímos que, embora tenha havido certa confusão entre educação patrimonial e mobilização comunitária, houve alguns esforços que sinalizam a tentativa de estruturação de uma política de preservação patrimonial por meio, também, das ações educativas.

Palavras-Chave: Educação Patrimonial. Patrimônio Cultural Material. Patrimônio Cultural Mundial. Praça São Francisco/São Cristóvão/Sergipe.

SUMMARY:

The present article aimed to analyze the educational activities of the Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural (SUBPAC) that objectified the recognizing of the São Francisco Square, in the town of São Cristóvão, as the 18th World Heritage site in Brazil. Thus, we performed the analysis of annual work reports and brief literature review of heritage (HORTA, 1999; CARRETO, 2008; DIAS, 2006). We concluded that although there was some confusion between heritage education and community mobilization there was some efforts that signalizes the birth of a policy of heritage preservation through educational activities, as well.

Keywords: Heritage. Heritage Education. São Francisco Square/São Cristóvão/Sergipe. World Heritage.

O termo patrimônio refere-se, genericamente, ao que é de pertencimento de alguém. O Dicionário Aurélio (1986, p. 338) conceitua patrimônio como "1. herança paterna; 2. bens de família; 3. quaisquer bens materiais ou imateriais, pertencentes a pessoa, instituição ou coletividade". O patrimônio cultural encontra-se entre esses ditos bens coletivos materiais ou imateriais. O termo faz alusão a um complexo de conjuntos arquitetônicos, monumentos, sítios históricos, locais de interesse, saberes e fazeres de

determinada região que possui valor histórico e cultural para seu povo. Sendo assim, seu reconhecimento e preservação deve ser alvo de preocupação do Poder Público e da sociedade como um todo.

Oliveira (2008), em seu livro *Cultura é Patrimônio*, aponta que no Brasil as primeiras elucubrações em torno de patrimônio cultural surgiram num momento em que muito se discutia qual seriam os elementos conformadores da identidade nacional. Em 1922, a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo por um grupo de artistas e intelectuais, pregava uma imperativa e urgente redescoberta e valorização dos traços característicos do povo brasileiro.

Já em 1937, o presidente Getúlio Vargas, por meio Decreto-Lei nº 25, cria as bases da política pública nacional de preservação de patrimônio cultural, que deveria ser seguida em nível estadual. O ditador brasileiro ocupou-se de forjar uma identidade nacional a partir de padrões comportamentais e marcos histórico-artísticos julgados típicos do Brasil. Dessa forma, pari passo à criação do tombamento enquanto instituto legal que permite o reconhecimento de bens significativos à história e cultura nacionais, surge o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, órgão integrante da estrutura do Ministério da Educação, embora relativamente autônomo.

O objetivo do Serviço era indicar, registrar e salvaguardar bens representativos de uma brasilidade, que receberiam o título de Patrimônio Histórico/Artístico Nacional; seriam esses os “bens de excepcional valor”. No primeiro momento, os especialistas da instituição vêem no barroco o legado mais brasileiro do Brasil Colônia, pois, embora oriundo da Europa, mestres como Aleijadinho imprimiram ao estilo arquitetônico uma assinatura singular, ovacionada mundialmente. Naturalmente, as atenções se voltaram às cidades mineiras e ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo, com ênfase nos templos católicos e palácios. Em seguida, o nordeste passou a ser alvo de estudos, visitas técnicas e trabalhos de preservação. Dentre as joias do barroco nordestino reconhecidas como Patrimônio Nacional, encontra-se São Cristóvão, cidade fundada em 1590 e primeira capital do Estado de Sergipe.

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar as ações educativas realizadas pela Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural (SUBPAC) que visavam o reconhecimento da Praça São Francisco, em São Cristóvão, como o 18º sítio do Patrimônio Mundial no Brasil. Com esse intuito, serão analisados relatórios mensais e anuais de trabalho do Escritório de São Cristóvão, unidade da SUBPAC atuante na antiga capital sergipana quando da campanha “São Cristóvão, Berço de Sergipe/Praça São Francisco: Patrimônio da Humanidade”, criada pelo Governo do Estado de Sergipe.

HISTÓRICO DE SÃO CRISTÓVÃO

Numa época em que o Novo Mundo estava sendo desbravado e conquistado, um território em especial causava dor de cabeça à metrópole lusa. Ficava bem ali, imprensado entre Bahia e Pernambuco; serviria, portanto, de rota de comunicação e passagem entre as mais promissoras capitanias do Brasil. Perfeito, não fosse o fato de dar guarida a índios bravios que praticavam escambo com piratas de outros cantos da Europa: péssimo para os lucros ibéricos, mau exemplo para demais regiões da colônia.

Freire (1977) aponta que o território permaneceu em “descuido” até 1575, quando Luis de Brito, então Governador da Bahia, atendendo ao pedido de paz de índios do rio Real, envia o padre Gaspar Lourenço para realizar missões. Assim, “ao Evangelho, e não às armas; à paz, e não à guerra, entregou-se a conquista da nova capitania”(FREIRE, 1977, 69). Tendo os índios armado emboscadas e a estratégia de dominação pacífica malogrado, o novo Governador, Cristóvão de Barros, lançou-se à conquista pelas armas em 1589. Seu destacamento atuou de forma impiedosa, matando mais de 1000 índios, e transformando cerca de 4000 em cativos. Um forte fora construído e fundou-se um arraial junto à foz do rio Poxim, sob nome de Cidade de São Cristóvão, no dia 01 de janeiro de 1590.

Todavia, os saques d’outros povos europeus continuam, fazendo com que a cidade lentamente se afaste do litoral. De fato, Nunes (1989) assevera que São Cristóvão teve sua localização transferida pelo menos

duas vezes até chegar ao ponto onde hoje se situa, no Monte Una, em 1603. Tal qual outras cidades brasileiras à época da colonização, Sergipe d'El Rey desenvolveu-se de acordo com o modelo português de cidade em dois planos: Cidade-Alta, sede do poder político-administrativo e religioso, e residência das famílias abastadas; e a Cidade-Baixa, local de comércio e demais atividades produtivas, além de abrigo da população de baixa renda. Seguiu-se um ritmo normal de desenvolvimento, com a estruturação de suas atividades produtivas (sendo as principais a pecuária e a agricultura), bem como a construção de templos e prédios de função política, que futuramente passariam a compor o sítio histórico arquitetônico tombado.

No ano de 1637, a cidade fora invadida pelos holandeses, que buscavam salitre e prata. Os colonos se valem da estratégia da "terra arrasada" e fogem da cidade. Os batavos, todavia, conservam os templos e demais estruturas. Só são definitivamente expulsos no ano de 1645, quando a cidade tem a difícil tarefa de se reerguer. São Cristóvão, segundo Freire (1977), foi praticamente reconstruída. A pobreza, típica da época, era traço inexorável da realidade de todos. Para alguns, não havia um cotidiano excitante – tampouco uma paisagem minimamente admirável. Nesse sentido, o poeta baiano Gregório de Matos fez a sua "Descrição da Cidade de Sergipe d'El Rey" em fins do século XVII:

Três dúzias de casebres remendados,

Seis becos, de mentrastos entupidos

Cinco soldados rotos e despidos

Doze porcos na praça bem criados.

Dois conventos, seus frades, três letrados

Um juiz com bigodes sem ouvidos

Três presos de piolhos carcomidos

Por comer dois meirinhos esfaimados.

As damas com sapatos de baeta

Palmilha de tamanca como frade,

Saia de chita, cinta de raquete.

O feijão que só faz ventosidade

Farinha de pipoca, pão de greta

De Sergipe d'El Rey esta é a cidade[3].

Nesta mesma época, segundo o pesquisador Wynne (1973), Sergipe passou a integrar o território baiano, o que muito desagradou às elites locais: nem mesmo os altos impostos pagos à administração baiana evitaram invasões de negros, índios e habitantes de Vila Nova (norte de Sergipe), ocorridas entre 1710 e 1770. Ser sede de Ouvidoria não bastava, posto que a maior parte da riqueza produzida em Sergipe era destinada à Bahia, sem que qualquer espécie de retorno fosse percebida pelas elites, tampouco pelas camadas menos favorecidas.

Coube a Dom João VI, em 8 de julho de 1820, efetivar a emancipação política de Sergipe por meio de decreto. Surge, dessa maneira, uma nova Província do Império do Brasil, cuja capital é São Cristóvão.

Contudo, essa nova capital não era bem vista por numerosos senhores de engenho. Eles alegavam precisar de uma sede que abrigasse um porto capaz de receber grandes navios, posto que o raso rio Paramopama mostrava-se inapropriado para esse intento. João Gomes de Melo, o Barão de Maruim, grande aristocrata rural e político sergipano, articulava esse movimento.

Com a ajuda do Barão de Maruim, o presidente da Província, Inácio Barbosa, transfere a capital de Sergipe para Aracaju em 17 de março de 1855, sob o argumento de que aquele seria o local apropriado para construção de porto que escoasse nossa produção agrícola e que comportasse a chegada de grandes embarcações de todo Brasil. O povo sancristovense não se “bestializou” ante a decisão. João Nepomuceno Borges, o “João Bebe Água”, fora o representante-mor de tamanha indignação que varreu os domínios da antiga urbe. Conforme Silva Filho (2007) relata[4], o comerciante e político liberal afirmou jamais pisar na nova capital e soltar fogos quando São Cristóvão recuperasse ao honorífico posto.

Aracaju, planejada pelo capitão de engenheiros Sebastião Pirro, crescia a passos largos; São Cristóvão amargava uma grave crise econômica, minorada apenas em inícios do século XX, quando da instalação de fábricas têxteis e da ferrovia[5]. Também na primeira metade deste mesmo século, aproveitando a onda varguista de forjamento e consolidação de uma identidade nacional, o rico patrimônio edificado do município ganha reconhecimento estadual. Em 22 de junho de 1938, o Governador-Interventor Eronildes Ferreira de Carvalho, através do Decreto-Lei nº 94, elevou São Cristóvão à categoria de Cidade Histórica. Posteriormente, já em 1967, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional acautelou o perímetro do Centro Histórico, inscrevendo-o no livro de tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico.

Quando do reconhecimento estadual da importância histórica de São Cristóvão ao povo e cultura sergipana, tratou-se de se melhorar os acessos à cidade. O então “Caminho Tomé da Rocha” torna-se a famosa rodovia João Bebe Água, que liga São Cristóvão a Aracaju. Dessa forma, hoje, partindo da capital, há dois acessos principais à cidade de São Cristóvão: pela rodovia BR-101, adentrando-se pela Cidade-Baixa e margeando o rio Paramopama; outra, pela Rodovia João Bebe Água, através da qual se chega à cidade pelo plano mais alto. Nos dizeres de Amado *apud* Fonseca (1990, p. 07),

De certo ponto, descortina-se a paisagem urbana, numa grata e impressionante visão da arquitetura colonial das imponentes igrejas, algumas delas ainda do século XVII. Por este acesso, a cidade deixa-se surpreender em sua intimidade, entrega-se inteira e de vez ao visitante. Mostra, sem qualquer cerimônia, os danos que os homens já lhe fizeram, deformando sua paisagem urbana: o traçado das praças, o antigo calçamento de pedras e ali a imoralidade da luz neon. Dessa desapiedada depredação salvou-se intacta a praça do Convento de São Francisco. (FONSECA, 1990, p. 12.)

PRAÇA SÃO FRANCISCO: CONSIDERAÇÕES

A Praça São Francisco é, com certeza, o mais belo e homogêneo conjunto arquitetônico colonial do Brasil. Nela, o visitante tem a impressão de estar integrado num longínquo instante da História, convivendo com as primeiras raízes da nacionalidade. Seja qual for o lado para onde se olhe, verá nas linhas das edificações e na pátina dos beirais, a coloração especial que os tempos idos e vividos já deixaram. (FONSECA, 1990, p. 69.)

A Praça do Convento de São Francisco é considerada um dos mais belos sítios históricos de nosso Estado. Situada em nossa Antiga Capital, é um precioso exemplar do barroco, estilo arquitetônico vigente no Brasil Colonial. Ela é circundada por monumentos como:

. Igreja de São Francisco: a construção foi decidida em 1657, quando os franciscanos chegaram em São Cristóvão. Em 1659 foi erguida uma igrejinha e o recolhimento. Somente em 1693 lançou-se a pedra

fundamental do Convento, que foi concluído na segunda metade do século XVIII, por conta da pobreza da época. O Convento serviu a Tesouraria Geral, Assembléia Provincial, Biblioteca, Enfermaria e Correio Geral. Foi abandonado por muitos anos, tendo servido para aquartelamento das tropas que lutaram na Guerra de Canudos. O cruzeiro que fica em frente ao templo fora erigido em 1658, em madeira. Em 1906, o Mestre Sabino o refez; desta vez, em concreto.

. **Museu de Arte Sacra:** o prédio situa-se na ala esquerda do Convento de São Francisco, na antiga capela da Ordem Terceira de São Francisco. Em suas dependências, o Cemitério de São Gonçalo, do século XIX, contém túmulos e ossários. O museu sacro foi inaugurado em 1974. Conta com acervo de mais de 500 peças dos séculos XVII e XX, recolhidas em vários municípios sergipanos. A maioria das imagens foi feita por santelões anônimos do Brasil Colônia e da Europa Moderna.

. **Santa Casa de Misericórdia:** as terras que abrigariam a Capela e Antigo Hospital de Caridade foram doadas à Irmandade da Misericórdia em 1608. Trata-se de construção barroca do início do século XVII, que serviu para implantação do primeiro hospital de Sergipe. Funcionou também como asilo até 1911, quando se tornou orfanato. Desde 1922, está sob administração das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus. Hoje, abriga a Capela, além de escola, lanchonete e pousada.

. **Museu Histórico de Sergipe:** o “Antigo Palácio Provincial”, “Palácio Imperial” ou “Palácio Manuel Clemente” é datado do final do século XVIII. Foi comprado e restaurado em 1825, para instalação da residência dos presidentes da Província de Sergipe. Foi sede do Palácio até 1855. Em 1860, serviu “às utilidades” de Dom Pedro II, quando em visita à Província. Posteriormente, funcionou como Câmara Municipal, Escola, Exatoria e até mesmo delegacia. Cem anos depois, inaugurou-se o MHS, num esforço empreendido por Jenner Augusto, Junot Silveira, José Calazans, Lauro Barreto e o governador Garcez Vieira, com acervo compreendido entre os séculos XVIII e XX.

. **Casario colonial/imperial:** o casario que se faz presente na Praça São Francisco ressalta a importância das técnicas de arquitetura empregadas na construção civil, e não apenas em prédios associados ao Poder ou à Igreja.

Por conta do seu aspecto monumental, em excelente estado de conservação e apreciado por diversos especialistas em História da Arte, estruturou-se a sua pré-candidatura a Patrimônio Cultural Mundial em 2005, pelo então Secretário de Estado da Cultura, José Carlos Teixeira, já ao final da terceira gestão do governador João Alves Filho. Os principais argumentos que embasavam a candidatura eram três, esmiuçados no Dossiê de Candidatura da Praça São Francisco a Patrimônio Mundial[6]:

- o soerguimento da praça de acordo com as Ordenações Filipinas, espécie de código de construções elaborado pelo rei Felipe II, monarca da União Ibérica (1580-1640). De fato, a praça é erguida na Cidade Alta em formato quadrilátero, cujas ruas que lhe dão acesso desembocam no rio Paramopama, principal via de escoamento da produção local, já na Cidade Baixa;
- o sítio histórico ser circundado por grandes obras do barroco nordestino, a exemplo da Igreja e Convento que a nomeiam, além do Palácio Provincial e da antiga Santa Casa de Misericórdia;
- a praça constituir-se, ao longo da história, enquanto principal ponto de manifestações culturais da cidade, a exemplo de procissões, apresentações folclóricas e festejos como Carnaval e São João – e mesmo o famoso Festival de Arte de São Cristóvão (FASC).

A candidatura da Praça São Francisco a Patrimônio Mundial fora aceita pelo ICOMOS/UNESCO em abril de 2007, o que significava que a concessão da chancela estava condicionada ao cumprimento de dois níveis de exigências: obras de infraestrutura, como saneamento básico, revitalizações de monumentos, requalificações de espaços públicos, instalação de fiação subterrânea na Praça São Francisco e seu entorno; ações educativas, a fim de que a população sancristovense atue ativamente na conservação seus bens culturais a médio e longo prazos.

SUBPAC, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A CANDIDATURA DA PRAÇA SÃO FRANCISCO A PATRIMONIO MUNDIAL

A Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural (SUBPAC) foi criada através de Decreto do Poder Executivo do Estado de Sergipe em julho de 2009, na gestão do governador Marcelo Déda Chagas. Vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil, esta nova instituição estabeleceu como missão

promover a política de fiscalização e preservação do patrimônio do Estado, de forma participativa, regionalizada, interinstitucionalizada e estadualizada, assegurando a todos a garantia de manutenção e serviços desses bens culturais e históricos, resgatando, estimulando, fomentando e preservando o patrimônio sergipano, buscando entender o patrimônio como fonte de entendimento para gerações futuras conhecerem nossa história. (NASCIMENTO, 2010, p. 1.)

A pretensão era de adequar Sergipe à realidade nacional, que prega a existência de instituições especificamente voltadas ao trato para com o patrimônio cultural, funcionando de forma concorrente a secretarias de cultura. No Brasil, em nível federal, o IPHAN é integrante do organograma do Ministério da Cultura e segue a sua política de atuação; todavia, atua com relativa independência quanto às questões que lhe são de competência. Em diversos Estados brasileiros verifica-se a existência de instituições como Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural de Minas Gerais (IEPHA/MG), Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC/RJ), Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC/BA), Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), dentre outros institutos, fundações e subsecretarias, que têm como competência a salvaguarda de bens tombados/registrados ou de interesse cultural.

Sob comando do sociólogo Luiz Alberto dos Santos, a SUBPAC passou a contar com dois setores principais: Coordenação de Preservação, que lida com ações de salvaguarda de bens; e Escritório de São Cristóvão. Esta unidade tinha como missão a efetivação de projetos e ações voltados à obtenção do título de Patrimônio Mundial pela Praça São Francisco. Para tanto, atuava em três principais vertentes:

- educação patrimonial e mobilização comunitária: realização de projetos e ações que tinham como foco mobilizar a população de São Cristóvão em prol da obtenção da chancela da UNESCO;
- gestão de bens: trabalho intersetorial e interinstitucional que visava à salvaguarda e bens e o monitoramento de obras no entorno do Circuito do Centro Histórico;
- apoio ao turismo: monitoramento de monumentos históricos e seus respectivos orientadores patrimoniais, responsáveis pelo guiamento de visitantes pelos seus interiores.

Em setembro de 2009, iniciaram-se os trabalhos do Escritório. No desfile cívico do município que envolve as unidades de ensino do Centro Histórico, tradicionalmente realizado no dia 07, a equipe divulgou a campanha "São Cristóvão, Berço de Sergipe/Praça São Francisco: Patrimônio da Humanidade". Neste grande evento da cidade, acompanhado de perto por milhares de espectadores entre a Praça da Bandeira à Praça da Matriz, cerca de 7000 folhetos e 5000 adesivos foram empregados, com o intuito de massificar a campanha, seu slogan, seu intuito.

Um triste diagnóstico se teceu a partir da interação da equipe com o público. A reação dos populares não fora das melhores: descrentes, ainda vivendo os cruéis efeitos de uma crise política que levava a cidade a ter cinco prefeitos em apenas dois anos, as pessoas não concebiam como uma praça, "um patrimônio", no dizer delas, poderia ajudar a cidade a desenvolver-se de forma sustentável. Ademais, de acordo com os munícipes, "esse papo é favas contadas", pois desde que a cidade fora tombada pela União, nos anos 1960, se pregava que ela tornar-se-ia um dos destinos turísticos mais importantes do nordeste, o que não se sucedeu. Uma política de cultura e turismo jamais fora desenvolvida de forma consistente e sistemática: algumas ações pontuais e eventuais eram rememoradas, tais como a abertura de um balcão

de informações turísticas na Praça da Matriz, o funcionamento da linha férrea para fins turísticos na década de 1990 ou mesmo um projeto cultural que promovia apresentações de seresta na Praça São Francisco já nos anos 2000. São Cristóvão simplesmente não possuía um calendário cultural elaborado conjuntamente pelas instâncias governamentais, que, bem divulgado em nível estadual e mesmo nacional, rendesse divisas à população.

Além disso, a relação entre a comunidade e a Superintendência do IPHAN em Sergipe revelava-se bastante acirrada. Enquanto a instituição agia de forma a manter o Centro Histórico bem conservado, notificando, multando ou mesmo processando judicialmente proprietários e embargando obras, os populares acusavam o IPHAN de agir de forma despótica, autoritária, se valendo de “dois pesos e duas medidas” no tocante às reformas de imóveis particulares.

Apesar dos percalços, os trabalhos de divulgação da campanha e mobilização popular se seguiam, a exemplo de panfletagens realizadas em feiras livres, estabelecimento comerciais, espetáculos culturais, e rodas de conversa em colônia de pescadores, grupos de idosos, escolas rurais dos povoados e templos religiosos. Eventos como o Carnaval dos Carnavais e a Procissão de Nosso Senhor dos Passos foram palco de grandes atividades de divulgação da campanha[7]. Enquanto isso era estruturada a estratégia de educação patrimonial do Escritório, que demandaram mais esforços por parte da SUBPAC.

A educação patrimonial é vista por Horta (1999) como uma espécie de “alfabetização cultural”. Consiste em um processo perene e sistemático de trabalho educativo centrado no patrimônio cultural enquanto fonte de conhecimento. Assim, seu pressuposto é o do contato direto com os bens culturais como ponto de partida das ações pedagógicas, analisando-os, num processo ativo de geração de saber acerca das suas origens e heranças culturais. Segundo assinalado em relatórios mensais de trabalhos, a melhor estratégia de educação patrimonial seria focá-la nas unidades de ensino, já que constituem-se como locais privilegiados de disseminação de conhecimento.

Esboça-se, então, uma aproximação com as unidades de ensino. O projeto “SUBPAC Vai à Escola”, desenvolvido entre outubro e novembro de 2009, objetivava expor aos docentes e equipe diretiva de todas as escolas do Centro Histórico – 21 ao total, visitadas nos turnos matutino, vespertino e noturno – a importância da campanha e do trato com o patrimônio cultural local em sala de aula. As reuniões ocorriam em salas de coordenação pedagógica das referidas escolas, e esclareciam a importância da preservação do patrimônio cultural local, bem como formas de se trabalhar com o tema em sala de aula.

Ainda segundo Parreiras Horta, “o princípio básico da educação patrimonial é a experiência direta com os bens e fenômenos culturais, para se chegar à sua compreensão e valorização, num processo contínuo de descoberta” (HORTA, 1999, 10). Tendo isso em mente, foi criado o projeto “Visitas Guiadas” em março de 2010. Sua dinâmica consiste em conduzir estudantes e professores da rede de ensino pública pelos principais monumentos presentes na Praça São Francisco. Após a participação de todas as turmas nas visitas, conduzidas em turnos matutino e vespertino, é preparada na escola uma gincana, para a qual os estudantes produzem materiais que remetem ao que vivenciaram e descobriram a partir do contato com o sítio histórico – poesias, cartas, desenhos, paródias, maquetes, etc..

Inicialmente dirigido a estudantes da Educação Básica, o projeto contemplou, entre março e julho de 2010, duas escolas – Escola Estadual Manuel Passos de Oliveira Teles e Escola Municipal de Ensino Fundamental São Cristóvão, perfazendo um total de cerca de 600 estudantes. Entretanto, destaca-se a continuidade do projeto. Desde seu surgimento até o presente, já foram contemplados mais de 3000 estudantes de Ensinos Fundamental, Médio e Superior, além de aproximadamente 80 integrantes de equipe pedagógica de unidades de ensino de São Cristóvão e agremiações organizadas da comunidade sancristovense (grupos de idosos, jovens, escoteiros, folguedos).

A demanda do alunado do turno noturno, geralmente integrantes de turmas de Educação de Jovens e Adultos, crescia a olhos nus. Cientes dos projetos desenvolvidos pelo dia, os mestres questionavam a inexistência de ações do gênero direcionadas aos discentes da noite. SUBPAC, IPHAN e Museu Histórico de

Sergipe (MHS) implementaram o projeto Noite de Histórias em maio de 2010. Por meio dele, o MHS abriu suas portas em horário especial para palestras sobre educação patrimonial e visitação de alunos e professores das escolas do centro Histórico – sete, ao todo – às salas da instituição. Mais de quinhentos estudantes e vinte professores foram atendidos através da iniciativa.

Podemos considerar “Visitas Guiadas” e “Noite de Histórias” como projetos de educação patrimonial consistentes e duradouros criados pela SUBPAC. Não obstante, é importante frisar que a equipe do Escritório de São Cristóvão era bastante diminuta – apenas 04 técnicos, que atuavam em várias frentes concomitantemente – e que o julgamento das candidaturas a Patrimônio Mundial estava agendado para fins de julho de 2010, em Brasília, como parte das comemorações dos cinquenta anos deste Patrimônio Mundial brasileiro.

CONCLUSÃO

Parece redundante afirmar que tudo que é público deve ser cuidado a partir de sua comunidade. Contudo, o que assistimos no Brasil é o reforço da concepção de que bens coletivos devem ser cuidados pelo Estado, um ente ora sobrecarregado, ora corrupto e incompetente. Assim, conceitos como coletividade e comunidade perdem sentido em nosso país.

No que concerne ao patrimônio cultural, a questão se aprofunda ainda mais, posto que é senso comum pensar que ele interessa tão somente a uma elite de letrados e ao Poder estabelecido. Nisso reside a importância da educação patrimonial enquanto ação educativa centrada no patrimônio cultural enquanto gerador de conhecimento. Não à toa, Saadi, prefacia o livro *Educação Patrimonial e Educação: Artigos e Resultados* (BARRETO, 2008, p. i) nos dizendo que “o patrimônio cultural parece um bem coletivo pouco sujeito à apropriação pela coletividade caso não haja um trabalho de base, fundado no saber”. Conclui-se que a educação patrimonial democratiza o acesso ao que conforma a identidade de um povo.

Enfim, São Cristóvão, outrora capital de Sergipe, hoje abriga um Patrimônio Mundial: a Praça São Francisco. As ações educativas implementadas pela SUBPAC visando o seu reconhecimento foram de cunho emergencial, muitas vezes pondo, num pacote disforme, mobilização comunitária, propaganda e educação patrimonial. Entretanto, trabalhos de base como os projetos Visitas Guiadas e Noite de História evidenciam a importância dessas atividades, e o sucesso que elas podem alcançar. Se as sementes estão sendo postas na terra, que esperemos os frutos que elas podem gerar a partir do crescimento contínuo da árvore do conhecimento – ou, melhor ainda, reconhecimento.

REFERÊNCIAS:

BARRETO, Euder Arrais et. al. (org.) *Patrimônio cultural e educação: artigos e resultados*. Goiânia: Gráfica Talento, 2008

DIAS, Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006.

FILHO, José Thiago da Silva. *João Bebe-Água: o mito em carne e osso*. Disponível em . Acessado em 01 de abril de 2012.

FONSECA, Eliane Maria Silveira (coord). *São Cristóvão e seus monumentos: 400 anos de história*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura. 1990. p. 7.

FUNDESP. *Aspectos históricos, artísticos, culturais e sociais da cidade de São Cristóvão*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura e Meio Ambiente. Série Memória, Volume 1. 1989. p. 39.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário Aurélio*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et alli. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN. 1999.

MATOS, Gregório. *Sonetos*. 1636 - 1695. Disponível em . Acessado em 01 de abril de 2012.

NASCIMENTO, M.I. *Relatório Anual do Escritório de São Cristóvão/SUBPAC*: setor de pessoal. São Cristóvão: Relatório Técnico, 2009.

_____. *Relatório Anual do Escritório de São Cristóvão/SUBPAC*: setor de pessoal. São Cristóvão: Relatório Técnico, 2010.

NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio*: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SILVA FILHO, José Thiago da. *A candidatura da Praça São Francisco, de São Cristóvão/SE, a Patrimônio da Humanidade*. In Cadernos UFS – História. São Cristóvão: Editora da UFS, 2008. p. 109-121.

TELES, Augusto Silva. São Cristóvão: urbanismo e arquitetura. In **Proposição da inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão a Patrimônio da Humanidade**. Aracaju: Governo de Sergipe, 2006.

WYNNE, J. Pires. *História de Sergipe vol. II* (1930 – 1972). Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1973.

[1] Licenciado em História pela Universidade Federal de Sergipe. Mestrando em Sociologia pela UFS.

[2] Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), pós-graduada em “Ensino de História: Novas Abordagens” pela Faculdade São Luís de França e mestranda em Educação pela UFS. Bolsista CAPES.

[3] FILHO, José Thiago da Silva. Barroco em Sergipe: Soneto de Gregório de Matos. Disponível em < <http://thiagofragata.blogspot.com.br/2007/07/barroco-em-sergipe-soneto-de-gregorio-de.html>>. Acessado em 04 ago. 2013.

3 FILHO, José Thiago da Silva. *João Bebe-Água: o mito em carne e osso*. **Cicerone de São Cristóvão**. Disponível em . Acessado em 01 abr. 2012.

4 O historiador José Thiago da Silva Filho, conhecido como Thiago Fragata, mantém blog denominado “Cicerone de São Cristóvão”, no qual publica textos concernentes à história de São Cristóvão e arquiva as principais notícias relativas à candidatura da Praça São Francisco a Patrimônio da Humanidade. O endereço é >. Por sua marcante atuação, Silva Filho recebeu comenda do Governador do Estado de Sergipe, Marcelo Déda Chagas, quando da entrega do título em Sergipe.

5 GOVERNO DE SERGIPE. **Proposição da inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão a Patrimônio da Humanidade**. Aracaju: Governo de Sergipe, 2006.

6 NASCIMENTO, M.I. *Relatório Anual do Escritório de São Cristóvão/SUBPAC*: setor de pessoal. São Cristóvão: Relatório Técnico, 2009. p. 2-4.